

A ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS/GO E A ATUAÇÃO DE VICTOR COELHO DE ALMEIDA (1931)**THE NORMAL SCHOOL OF ANNAPOLIS/GO AND THE ROLE OF VICTOR COELHO DE ALMEIDA (1931)****LA ESCUELA NORMAL DE ANNAPOLIS/GO Y LA ACTUACIÓN DE VICTOR COELHO DE ALMEIDA (1931)**

Recebido em: 20/08/2023

Aceito em: 07/09/2023

Tarsio Paula dos Santos¹ Sandra Elaine Aires de Abreu² 

Resumo: Este estudo objetiva analisar a atuação do professor Victor Coelho de Almeida no âmbito da Escola Normal de Anápolis/GO em 1931. A delimitação temporal adotada diz respeito ao período de inauguração da escola anapolina e à presença do referido professor nesse educandário. Como metodologias, adotou-se a pesquisa bibliográfica e a análise documental. A pesquisa bibliográfica desenvolveu-se principalmente nos estudos de França (1974), Abreu (1997), Santos (1994; 1995) e Santos (2023). Já a análise documental considerou os livros atas e o “Estatutos” do referido centro de ensino do ano de 1931, a legislação goiana do ensino normal, Decreto n. 659/1931, e os jornais Correio Oficial de Goyaz (1930), Voz do Povo (1929; 1931) e Voz do Sul (1931). Como resultados, obteve-se que a atuação de Victor Coelho foi importante para o bom funcionamento da instituição educativa anapolina em questão e para sua equiparação à Escola Normal oficial goiana.

Palavras-chave: Escola Normal de Anápolis/GO; Victor Coelho de Almeida; Anápolis/GO; História da Educação.

Abstract: This study aims to analyze the pedagogical role of Professor Victor Coelho de Almeida within the scope of the Normal School of Anápolis/GO in 1931. The adopted temporal delimitation relates to the period of the inauguration of the Anápolis school and the presence of the mentioned professor in this educational institution. As methodologies, bibliographic research and document analysis were employed. Bibliographic research was mainly based on the studies by França (1974), Abreu (1997), Santos (1994; 1995), and Santos (2023). Document analysis, on the other hand, considered the minutes books and the 'Bylaws' of said educational center for the year 1931, the Goiás normal teaching legislation, Decree n. 659/1931, and the newspapers Correio Oficial de Goyaz (1930), Voz do Povo (1929; 1931), and Voz do Sul (1931). The results revealed that Victor Coelho's educational contribution was significant for the proper functioning of the aforementioned Anápolis educational institution and for its alignment with the official Goiás Normal School.

Keyword: Normal School of Anápolis/GO; Victor Coelho de Almeida; Anápolis/GO; History of Education.

Resumen: Este estudio tiene como objetivo analizar la actuación del profesor Victor Coelho de Almeida en el ámbito de la Escuela Normal de Anápolis/GO en 1931. La delimitación temporal adoptada se refiere al período de inauguración de la escuela anapolense y a la presencia del mencionado profesor en dicha institución educativa. Como metodologías, se empleó la investigación bibliográfica y el análisis documental. La investigación bibliográfica se desarrolló principalmente en los estudios de França (1974), Abreu (1997), Santos (1994; 1995) y

¹ Mestre em Educação Linguagem e Tecnologias pelo PPG IELT da Universidade Estadual de Goiás (UEG), e graduado em Pedagogia pela Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA). E-mail: tarsio_13@hotmail.com

² Docente na Universidade Estadual de Goiás. Doutora em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) com Estágio Pós-doutoral em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Santos (2023). Por otro lado, el análisis documental consideró los libros de actas y los 'Estatutos' del referido centro de enseñanza correspondientes al año 1931, la legislación de enseñanza normal de Goiás, el Decreto n. 659/1931, y los periódicos *Correio Oficial de Goyaz* (1930), *Voz do Povo* (1929; 1931) y *Voz do Sul* (1931). Como resultados, se obtuvo que la actuación de Victor Coelho fue fundamental para el buen funcionamiento de la institución educativa anapolense en cuestión y para su equiparación con la Escuela Normal oficial de Goiás.

Palabras-claves: Escuela Normal de Annapolis/GO; Victor Coelho de Almeida; Anápolis/GO; Historia de la Educación.

INTRODUÇÃO

A Escola Normal de Annapolis/GO³ foi uma instituição educativa criada na referida cidade goiana no ano de 1931, tendo como fim a formação de professores e professoras para o magistério no ensino primário (SANTOS; ABREU, 2022; SANTOS, 2023).

Seguindo a política estadual, Decreto n. 659/1931, tal educandário ofertava dois cursos: Complementar e Normal. O primeiro era ministrado na Escola Complementar anexa com duração de 2 anos e o segundo curso ocorria no espaço da Escola Normal com duração de 4 anos, ambos submetidos à mesma administração e direção (GOYAZ, 1931).

A diretoria da escola era formada principalmente pelo diretor, vice-diretor, secretário e tesoureiro. A escolha dos ocupantes desses cargos dava-se por votação na Congregação, órgão deliberativo e consultivo de assuntos relacionados à instituição de ensino, sendo os candidatos o pessoal docente (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931). O primeiro nome a ocupar o cargo de diretor por meio de eleição na Congregação foi o professor catedrático de Filosofia do Liceu de Goiás Victor Coelho de Almeida (1879 - 1944) em 1931.

Nesses termos, inserido no campo de estudos da História da Educação, a presente pesquisa objetiva analisar a atuação do professor Victor Coelho de Almeida no âmbito da Escola Normal de Annapolis/GO em 1931. A delimitação temporal adotada diz respeito ao período de inauguração da Escola Normal anapolina e à presença o referido intelectual na instituição.

Para alcançar esse escopo, traçaram-se os seguintes objetivos específicos: I) Enunciar a criação e a organização da Escola Normal de Annapolis/GO em 1931; II) Apresentar a trajetória formativa e profissional de Victor Coelho de Almeida até sua chegada em Anápolis/GO no ano de 1931, e III) Compreender a atuação de Victor Coelho de Almeida no contexto da Escola Normal de Annapolis/GO em 1931.

A partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Nova História Cultural, que se apresentou nas primeiras décadas do século XX como uma revolução historiográfica

³ Conservou-se a denominação da instituição educativa em estudo como consta nos documentos analisados.

possibilitando uma abordagem interdisciplinar dos estudos históricos com outros campos científicos (BURKE, 1992), além de oportunizar novos objetos de estudo, novas abordagens e novos problemas (LE GOFF; NORA, 1976), mediante a abordagem qualitativa, as metodologias adotadas nesse estudo foram a pesquisa bibliográfica e a análise documental.

A pesquisa bibliográfica desenvolveu-se principalmente nos estudos de França (1974), Abreu (1997), Santos (1994; 1995) e Santos (2023). Já a análise documental considerou os livros atas e o “Estatutos” da Escola Normal de Anápolis/GO do ano de 1931, a legislação goiana do ensino normal e complementar, Decreto n. 659/1931, bem como os jornais Correio Oficial de Goyaz (1930), Voz do Povo (1929; 1931) e Voz do Sul (1931).

ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS/GO: GÊNESE E ORGANIZAÇÃO (1931)

A Escola Normal de Anápolis/GO teve sua gênese no período de desenvolvimento econômico, populacional, urbano e social da cidade de Anápolis/GO, que, segundo Polonial (1995), foi entre os anos de 1910 e 1935.

Nesse período teve-se o fortalecimento da economia de mercado na cidade através da agricultura com a plantação de café e da criação de gado para o comércio na região. Somou-se a esse processo a entrada de grupos de imigrantes do Japão, Itália e Síria, como também de outros estados do Brasil como Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Piauí e Maranhão que impulsionaram a agricultura e o comércio da região (FRANÇA. 1974).

O impacto dessas transformações econômicas e sociais acelerou o processo de urbanização da cidade, que, até a década de 1910, apresentava-se com aspectos de vila do século XIX, ligado à cultura colonial (FRANÇA, 1974). Como inovações, pode-se apontar a criação e “[...]ampliação da prestação de serviços bancários, comerciais, de iluminação pública, médico-hospitalar, de imprensa para os anapolinos e a população das cidades vizinhas” (SANTOS, 2023, p. 118).

Os dados populacionais, segundo França (1974), mostram que no do ano de 1872⁴ a 1910, a população cresceu mais de 100%, indo de 3000 habitantes para 6.296. Nas décadas seguintes, devido aos fatores expostos anteriormente, o crescimento populacional continuou passando de 6.296 para 8.476 habitantes, entre as décadas de 1910 e 1920.

⁴ O primeiro levantamento populacional foi realizado na localidade, a partir dos dados da Capela de Santana das Antas ali situada, para compor um relatório de requerimento de sua elevação à categoria de freguesia, o que ocorreu em 1873 pela Lei Provincial n. 514, de 06 de agosto (ABREU, 1997; FRANÇA, 1974).

Em 1935, devido à chegada da Estrada de Ferro Goyaz na cidade de Anápolis, constituindo como ponto terminal dos trilhos, fato que, segundo Abreu (1997, p.87, grifos do autor), contribuiu com a modernização da cidade, visto que “Dinamizou, urbanizou e modernizou a vida da “pacata” cidade”. Assim, mediante França (1974), entre 1920 e 1935, a população anapolina teve um incremento populacional de 7.561 habitantes, compreendendo no ano de inauguração dos trilhos uma população de 16.037 pessoas.

Com o aumento da população e da prestação de serviços na cidade de Anápolis/GO, ocorreu também a criação das primeiras instituições escolares: o Grupo Escolar e o Instituto de Ciências e Letras⁵, educandário de ensino secundário, ambos em 1926. Tal ação foi significativa para a população anapolina, pois possibilitou novas oportunidades de escolarização para além das poucas aulas de ensino primário existentes (SANTOS, 2023).

Não obstante, a criação dessas instituições escolares em Anápolis/GO inseriu-se dentro da política goiana de difusão do ensino normal para formação de professores eficientes e do ensino primário para formação de sujeitos em coerência com as novas demandas sociais e econômicas, que adentraram o estado com a chegada dos trilhos na região a partir do início do século XX, rompendo com o isolamento social e o estigma de atraso social e econômico criado em Goiás, desde o fim da mineração no século XVIII (ALVES, 2007; SILVA, 1975).

Com relação ao Instituto de Ciências e Letras, este foi criado e dirigido pelo advogado protestante paulista, Carlos Pereira de Magalhães (BRETAS, 1991; SANTOS, 2023). O referido educandário ofertava um curso normal, curso de formação de professores normalistas, sendo subvencionado e equiparado à Escola Normal Oficial nos anos de 1927 e 1928 (MENSAGEM, 1927; 1928). Esse fato possibilita inferir que, no período em questão, o educandário anapolino funcionava de maneira regular, atendendo às diretrizes da política goiana do ensino normal.

Já, a partir da análise da Mensagem do Presidente de Goiás à Assembleia Legislativa do ano de 1929, o Instituto apareceu apenas no rol das escolas subvencionadas do estado. Isso indica uma falha no que se refere ao quesito de equiparação, que dizia respeito à adoção das mesmas diretrizes do Regulamento da Escola Normal Oficial de Goiás de 1926⁶ (CANEZIN; LOUREIRO, 1994). No ano seguinte, 1930, não foram divulgados dados acerca das instituições

⁵ Conservou-se a denominação do referido educandário conforme encontrado nas fontes históricas analisadas.

⁶ No ano de 1929, ocorreu uma reforma no ensino normal, a partir do Decreto n. 10.445, de 22 de agosto, entrando em vigor em setembro/1929 (BRETAS, 1991). Assim, sabendo que a Mensagem do Presidente de Goiás data de maio/1929 (MENSAGEM, 1929), ainda vigorava o regulamento anterior a reforma, o Decreto n. 829, de 25 de fevereiro de 1926.

escolares subvencionadas e equiparadas ao Programa do estado. Contudo, tem-se que em 1930, o Instituto recebeu a subvenção da Prefeitura de Anápolis (ANNAPOLIS, 1931).

Ademais, entre o final do ano letivo de 1930 e início do período seguinte, 1931, com vistas de dar continuidade aos serviços educacionais para a mocidade anapolina, lideranças locais e a municipalidade buscaram junto ao governo estadual, auxílio para superar as dificuldades que o Instituto de Ciências e Letras estava enfrentando e que prejudicavam sua continuidade e qualidade do ensino, fatos esses que contribuíram para a perda do auxílio financeiro municipal no ano de 1931 (ANNAPOLIS, 1931).

Dentre as dificuldades que o Instituto enfrentava estavam o descompromisso e a falta de competência de alguns professores, dívidas do aluguel do prédio onde o educandário funcionava, falta de regularidade nas aulas e de professor para reger a cadeira de Pedagogia (ANNAPOLIS, 1931). Esses dados justificam a não equiparação do Instituto de Ciências e Letras à Escola Normal Oficial, visto que as diretrizes solicitavam aos estabelecimentos de ensino normal que possuíssem regularidade no funcionamento durante o ano, observação do programa de ensino do estado, patrimônio mínimo de 50 contos de réis, expressos em prédios, imóveis ou apólices de dívida pública, professor normalista para a cadeira de Pedagogia e Didática e organização dos cursos normal e complementar em observância às diretrizes estaduais (GOYAZ, 1930).

Diante dessa situação do Instituto, autoridades locais e a municipalidade solicitaram auxílio junto ao governo goiano para reorganizar o curso normal ofertado na cidade no início do ano de 1931. Como resposta, foi enviado à Anápolis/GO, o Dr. Victor Coelho de Almeida (SANTOS; ABREU, 2022).

A partir disso, foi oferecido ao Instituto de Ciências e Letras o auxílio recebido do governo do estado com o intuito de organizá-lo e dar continuidade aos serviços prestados à mocidade anapolina, o que foi recusado pela direção do referido estabelecimento de ensino (SANTOS; ABREU, 2022).

À vista disso, surgiu a ideia de criar a Escola Normal de Anápolis/GO, fato que ocorreu, em sessão solene no prédio do Grupo Escolar anapolino, em 04 de abril de 1931. Na ocasião também foi estabelecida uma comissão⁷ para elaboração do regimento interno da escola, de acordo com a observação das prescrições estaduais, o Regulamento do Ensino

⁷ Segundo a Ata de Criação da Escola Normal de Anápolis/GO, a comissão para elaboração do regimento interno da instituição em questão era formada pelo farmacêutico Dr. José Honório Ferreira, o diretor do Grupo Escolar local professor Alarico Torres Verano e o prefeito municipal à época João Luiz de Oliveira, sendo este também o presidente da comissão (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 a 1937).

Normal e Complementar de Goiás, Decreto n. 659/1931 (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931; 1931 a 1937).

O documento produzido recebeu o nome de “Estatutos”, sendo composto por 124 artigos dispostos em 27 capítulos. Os cursos ofertados eram o complementar e o curso normal. O primeiro destinava-se aos concluintes do curso primário, visando preparar os candidatos para o curso Normal⁸. Sua duração era de dois anos, funcionando anexo à Escola Normal. Para ambos os cursos ofertados na casa de ensino em questão era cobrada a mensalidade de 15\$000 (quinze mil réis) (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931).

Por sua vez, o curso normal destinava-se aos concluintes da etapa anterior, curso complementar, tendo como fim a formação de professores primários com 4 anos de duração. Esse curso era de cultura geral com uma pequena parte didático-pedagógica, sendo as cadeiras: 1º Português, caligrafia e literatura; 2º Francês; 3º Aritmética, álgebra e geometria; 4º Geografia, cosmografia e corografia do Brasil; 5º História universal e história do Brasil; 6º História, corografia e minerologia de Goiás; 7º Física, química, zoologia, botânica, geologia e minerologia; 8º Pedagogia, didática, psicologia e lógica; 9º Instrução moral, cívica e higiene; 10º Desenho e trabalhos manuais; 11º Música e orfeão; e 12º Ginástica e escotismo (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931).

O “Estatutos”, seguindo a lógica do Decreto n. 659/1931, dava especial atenção à prática profissional dos normalistas. Essa era etapa ocorria através da regência de aulas no ensino complementar, além do preparo de aulas modelos e avaliação do desempenho didático dos pares. Tais etapas eram supervisionadas e avaliadas pelos professores de Pedagogia e Didática (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931).

Isso evidenciava a política do governo goiano, tendo no comando o Interventor Federal Pedro Ludovico Texeira, que, assumindo o compromisso de desenvolvimento do estado na esteira da produção capitalista, deu maiores atenção às escolas normais goianas, reformando o ensino normal e complementar pelo Decreto n. 659/1931, facilitando a abertura de cursos no estado e subvencionando sua oferta em instituições privadas (NEPOMUCENO, 1994).

Outra medida foi a criação de dispositivos de premiação para os normalistas que se destacassem na sua trajetória no curso normal, dando prioridade a estes de contratação nas vagas que surgissem para regência de aulas primárias nas escolas públicas goianas (SANTOS, 2023).

⁸ Segundo o “Estatutos”, para ingressar no ensino complementar era preciso apresentar o diploma do curso primário. Na ausência dessa documentação, o candidato prestava exame de admissão perante banca examinadora formada pelos professores da Escola Normal. Tal exame era referente aos saberes que compunham o 4º ano do curso primário (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931).

Esperava-se com tais ações formar um contingente de professores para transformar a escola goiana, tida como tradicional, em moderna, ativa, tendo como base epistemológica os princípios da Escola Nova⁹ visto que era “[...] imperioso redimir Goiás da situação de atraso [...]. pelo caminho “renovador” da educação” (NEPOMUCENO, 1994, p. 55, grifos do autor).

Seguindo com as diretrizes, o “Estatutos” prescrevia como corpo administrativo da instituição: o diretor, o vice-diretor, secretário, tesoureiro, inspetora, disciplinário, porteiro e servente. Os ocupantes dos cargos de diretor, vice-diretor, secretário e tesoureiro eram instituídos por eleição, em escrutínio secreto, sendo realizadas anualmente na segunda quinzena de fevereiro no âmbito da reunião da Congregação¹⁰.

Ao diretor da Escola Normal de Anápolis/GO cabia a responsabilidade de manter a ordem, disciplina, higiene e eficiência do ensino ali ministrado, sendo suas competências: convocar e dirigir as reuniões da Congregação, controlar a frequência dos professores e alunos, designar substituto para as faltas dos docentes, fiscalizar o ensino, assistir às aulas, visar as folhas de pagamento, rubricar nos documentos concernentes à escola, organizar os horários das aulas, encerrar o livro de ponto, apresentar relatório à Secretaria do Interior, atender as reclamações justas dos alunos, representar a instituição em atos públicos, inspecionar os processos avaliativos, admoestar os professores que transgredissem as diretrizes do regimento interno, exortar e demitir funcionários, nomear funcionários para os cargos de inspetora, disciplinário, porteiro e servente, enviar os boletins dos alunos aos pais e organizar premiação para os alunos destacados (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931).

⁹ A Escola Nova ou escolanovismo foi um movimento de renovação educacional ocorrido nos Estados Unidos e na Europa a partir da segunda metade do século XIX. Tais ideias pedagógicas, no tocante a Valdemarin (2010), propunham maior aproximação entre a sociedade e a escola, maior ênfase na infância e em suas especificidades e um ensino ativo. Essa nova forma de pensar a educação era uma estratégia de formar sujeitos em conformidade com as novas demandas sociais em virtude dos impactos sociais, econômicos, tecnológicos e científicos advindos com as revoluções industriais, o aumento da urbanização, novos processos de trabalho, novas demandas do capitalismo entre outros aspectos (MONARCHA, 2009; VALDEMARIN, 2010). O escolanovismo sustentou-se a partir de teóricos que pensaram novos saberes e métodos para a educação no contexto de constantes transformações, dentre eles estão John Dewey (1859 – 1952), Édouard Claparède (1873 – 1940), Adolphe Ferrière (1879 – 1960), William Heard Kilpatrick (1871 – 1965), Jean-Ovide Decroly (1871 – 1932) e Maria Montessori (1879 – 1952) (GADOTTI, 2003).

¹⁰ Consoante o Decreto n. 659/1931, a Congregação da Escola Normal era um órgão deliberativo, composto pelos professores catedráticos e interinos da referida casa de ensino, sendo suas reuniões convocadas e presididas pelo diretor. Para que houvesse reunião da Congregação era necessário a presença de 2/3 dos respectivos membros e para que ocorresse alguma deliberação requeria-se metade dos docentes mais um de votos, com exceção de situações que exigissem 2/3 de votos deles e outras que não houvesse um número mínimo de votos. Como competências da Congregação da Escola Normal estavam resolver casos que não fossem tratados no Regulamento, assistir às provas dos concursos, premiar os alunos destacados, auxiliar na manutenção da ordem e disciplina na escola, conceder menção honrosa aos alunos com distinção no rendimento escolar e “[...] emitir parecer sobre questões que lhe forem affectas pelo director” (GOYAZ, 1931, p. 8).

Já o vice-diretor era responsável por auxiliar e substituir o diretor em suas ausências. Quanto ao secretário, era-lhe incumbências as correspondências da escola, as matrículas e tudo referente aos alunos, lavrar as atas da Congregação e os termos de posse, organização do livro da secretaria e do arquivo da escola e da apresentação da folha de pagamento ao diretor (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931).

Por sua vez, ao tesoureiro competia receber e registrar o pagamento de matrículas e mensalidades dos alunos, comunicar o diretor sobre a inadimplência dos alunos, depositar os recursos da escola em conta corrente no nome da própria instituição, efetuar pagamentos de serviços prestados à escola e de compras de materiais autorizadas pelo diretor, pagar os funcionários e professores e manter em sua guarda e organizados os livros da tesouraria (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931).

Já o disciplinário e a inspetora eram respectivamente responsáveis direto pelos alunos e pelas alunas. Sua principal atribuição era fiscalizar a conduta dos estudantes de maneira a manter a ordem e disciplina no interior do educandário, além de relatar ao diretor as faltas dos educandos (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931).

No que tange ao porteiro e à servente, suas responsabilidades eram chegar primeiro e se retirar por último da instituição de ensino nos dias letivos. O porteiro era também responsável pela chave do portão, controlando a entrada e saída dos alunos, bem como a ordem e disciplina desse momento. A servente incumbia-se da limpeza da escola e de atender as demandas do diretor (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931).

Após a criação da Escola Normal de Anápolis/GO, a maioria dos alunos do Instituto de Ciências e Letras matricularam-se nesse novo educandário (BORGES, 1995 *apud* MORAES, 2012) e o governo municipal de Anápolis/GO, considerando a situação precária do Instituto, decidiu transferir a subvenção anual de seis contos de réis para a Escola Normal de Anápolis/GO (ANNAPOLIS, 1931). Segundo Santos (2023), tais fatos contribuíram para a piora das dificuldades do Instituto de Ciências e Letras, resultando em seu fechamento no referido ano de 1931.

Outrossim, a Escola Normal de Anápolis/GO manteve-se em atividades até o ano de 1937, quando, em reunião da Congregação do dia 28 de fevereiro, decidiram pela entrega da administração e direção do estabelecimento de ensino às Irmãs Salesianas, que, no ano seguinte, 1938, criaram outra escola, sendo esta exclusiva para o público feminino, a Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 a 1937).

A TRAJETÓRIA FORMATIVA E PROFISSIONAL NO ÂMBITO EDUCACIONAL DE VICTOR COELHO DE ALMEIDA (1879 – 1944)

Para entender a atuação de Victor Coelho de Almeida na Escola Normal de Anápolis/GO em 1931, faz-se necessário discorrer acerca de sua trajetória formativa e profissional, sendo este o objetivo dessa seção.

Victor Coelho de Almeida nasceu no Rio de Janeiro em 08 de setembro de 1879. Ele foi intelectual, religioso, professor e político, produzindo vários artigos, sermões, discursos, jornais e alguns livros (SANTOS, 1994; 1995). Victor Coelho iniciou o ensino primário no Rio de Janeiro no final da década de 1880, concluindo essa etapa na França em 1891, para onde havia viajado com sua avó materna de linhagem francesa, Dona Victorine Cousin de Almeida¹¹. Segundo Santos (1995, p. 32), no final de julho de 1891, Victor “[...] prestou exames finais do curso primário, obtendo boa nota e o certificado oficial de aprovação”.

De volta ao Brasil em 1891, Victor Coelho de Almeida, por influência de seu contato com dominicanos franceses que trabalhavam com indígenas brasileiros, foi ao Seminário Santa Cruz de Goiás cursar o ensino secundário. Entre 1892 a 1896, concluiu seus estudos secundários, sendo orientado pelo reitor do seminário, Dom Eduardo Duarte da Silva (1852 – 1924), bispo de Goiás à época, a dar continuidade em sua formação sacerdotal em Roma (SANTOS, 1994).

Segundo o jornal anapolino *Voz do Sul*, em nota comemorativa ao aniversário de Victor Coelho de Almeida no ano de 1931, informação também expressa nos estudos de Santos (1994; 1995), Victor estudou durante o período de 1896 a 1903 no Colégio Pio Latino-Americano. Em Roma, ele “[...] fez 3 anos de philosophia e 4 de theologia, obtendo pergaminho de doutor nessas duas sciencias” (VOZ DO SUL, 1931d, p. 1).

Regressando ao Brasil, Victor Coelho foi reitor do Seminário Maior do Rio de Janeiro, atuando de 1904 a 1906. Também em 1904, Victor Coelho de Almeida recebeu a nomeação de cônego da Catedral. Além de dirigir o referido Seminário, o religioso atuou no serviço da Igreja Católica como vigário do bairro operário Bangu na Paróquia de São Sebastião e Santa Cecília em 1908 e três anos depois no bairro Santa Rita, no centro da cidade do Rio de Janeiro (SANTOS, 1994; 1995).

No período que esteve no bairro Bangu, Victor desenvolveu o trabalho de catequização e criou o jornal católico *A Voz do Povo* com o intento de “[...] preservar a integridade social

¹¹ A avó materna de Victor Coelho pertencia a uma família tradicional francesa, sendo ela sobrinha do filósofo e estadista francês Victor Cousin (1792 – 1867) (SANTOS, 1995).

uniformizando os interesses de patrões e operários, impedindo qualquer possibilidade de divisão” (SANTOS, 1995, p. 86). Seu discurso estruturava-se em defender os princípios católicos, combater a ameaça socialista no meio dos trabalhadores operários e criar associações católicas de trabalhadores alternativos. As publicações do referido jornal ocorreram nos anos de 1911 e 1912 (SANTOS, 1995).

Ademais, em 1913, um desentendimento com alguns clérigos levou ao desligamento de Victor Coelho de suas funções e cargos na Igreja Católica, conforme exposto por Santos (1994, p. 3):

Em janeiro de 1913, durante uma reunião do Conselho de Vigilância, Victor Coelho de Almeida entra em desentendimento com o bispo-auxiliar, D. Sebastião Leme, e o Padre Julio Maria [...]
Este conflito provocou a demissão de Victor Coelho de todas as obras, conselhos, jornais e sociedades. Um ano depois, largou a batina [...].

Nesse tempo, Victor passou a viver com uma ex-cantora do coro da igreja de Santa Rita, chamada Isaura, com quem posteriormente teve uma filha, cujo nome era Talitha. Ao lado de sua companheira, Victor Coelho exerceu a profissão de farmacêutico passando pelos estados de Minas Geras, São Paulo e Bahia. Nesse percurso, Victor Coelho fundou dois colégios: um em Juazeiro da Bahia (1915 – 1917) e outro em Patrocínio de Minas Gerais (1919), dos quais tirava uma pequena renda para sustento de sua família. Tais instituições não prosperaram devido à perseguição dos clérigos católicos (SANTOS, 1995).

Em 1919, Victor regressou ao Rio de Janeiro, iniciando uma nova fase na sua vida. Isso porque ele abraça a fé protestante por intermédio do pastor da Igreja Presbiteriana Álvaro Reis, missionário que trabalhou na propagação da fé protestante no Rio de Janeiro à época, abjurando publicamente do catolicismo. A partir de então, Victor converteu-se em um defensor do protestantismo e crítico assíduo da doutrina católica, por meio de algumas publicações como o jornal *O Ex-Padre* (1921 – 1925), inúmeros discursos em conferências, publicações de artigos em distintos jornais e da publicação do livro *Fé e Coração*¹².

Outrossim, após a morte de Álvaro Reis, Victor teve desafetos com o presbitério da Igreja Presbiteriana, o que levou ao seu desligamento da instituição em 1927. No ano seguinte, Victor Coelho reconcilia-se com Dom Sebastião Leme, que era cardeal do Rio de Janeiro

¹² A obra *Fé e Coração* de Victor Coelho de Almeida é considerado “[...] um romance autobiográfico” (SANTOS, 1995, p. 106). No enredo do livro tem-se a busca pelo sentido da vida em que os personagens se dividem entre o catolicismo e o protestantismo, sendo o objetivo a defesa da fé protestante (SANTOS, 1995).

naquele período, e volta à Igreja Católica. Assim, ele divorcia-se de sua esposa Isaura e entra em um retiro espiritual em Nova Friburgo (SANTOS, 1994; 1995).

Ademais, depois de sair do retiro espiritual, Victor Coelho de Almeida foi enviado a Goiás em 1929, por recomendação de Dom Leme solicitando ao bispo de Goiás à época, Dom Emmanuel Gomes de Oliveira (1874 – 1955), que o aceitassem e o acolhessem em Goiás (SANTOS, 1994; 1995).

Victor Coelho de Almeida viveu em Goiás de 1929 até sua morte em 1944¹³. No estado, foi aprovado em concurso para professor catedrático de Filosofia do Liceu de Goiás (VOZ DO POVO, 1929), onde atuou como docente até 1930. No ano seguinte foi enviado pelo governo goiano para prestar seus serviços à Prefeitura de Anápolis/GO, organizando e dirigindo o Instituto de Ciências e Letras, o que não aconteceu devido à dissidências com a direção e administração do Instituto (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS/GO, 1931; 1931 a 1937).

A partir de então foi criada a Escola Normal de Anápolis/GO e iniciou-se a atuação de Victor Coelho no âmbito educacional anapolino. Nesse contexto, o referido professor do Liceu de Goiás, fez parte do corpo docente e do pessoal administrativo do educandário anapolino em questão durante o ano letivo de 1931 (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS/GO, 1931 a 1937), aspectos que serão tratados na seção seguinte.

A ATUAÇÃO DE VICTOR COELHO DE ALMEIDA NA ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS/GO (1931)

Como já destacado, a chegada de Victor Coelho de Almeida em Anápolis/GO se deu no processo de criação, organização e equiparação da Escola Normal de Anápolis à Escola Normal Oficial de Goiás. É sobre tais aspectos que o professor catedrático do Liceu atuou no ano de 1931.

No processo de criação da casa de ensino em questão era necessário seguir as prescrições legais, que, segundo o Decreto n. 659/1931 eram:

¹³ Durante o período que viveu em Goiás (1929 a 1944), Victor Coelho atuou como professor do Liceu goiano (1929 – 1930), na Escola Normal de Anápolis/GO (1931), como redator do Jornal Brasil Central (1932), fiscal do Ginásio Anchieta de Bonfim (1933), como deputado estadual (1935 – 1937), como um dos fundadores e membro da Academia Goiana de Letras, ocupando a cadeira número 3, cujo patrono era o Pe. Luiz Gonzaga de Camargo Fleury. Faleceu em Goiânia, no mesmo ano do lançamento de seu livro *Goiás: Usos, Costumes e Riquezas Minerais*, em 1944. Tal obra contribuiu para saberes nas áreas de história e corografia de Goiás, informações dos minerais, da fauna e da flora da região, além de registros sobre os costumes, a cozinha goiana, as práticas religiosas entre outros aspectos culturais de Goiás (SANTOS, 1994; 1995).

Art.78 - O instituto que pretender o reconhecimento, requererá ao Governo a necessaria inspeção afim de verificar si:

- a) O instituto funciona regularmente e com curso complementar anexo;
- b) Tem corpo docente idôneo;
- c) Os programmas e o regulamento da Escola Normal official são fielmente observados;
- d) O prédio satisfaz ás condições hygienicas e pedagogicas e é adequado o mobiliario (GOYAZ, 1931, p. 5).

O atendimento de tais aspectos seriam acompanhados por um fiscal à serviço da Secretaria do Interior e Justiça, que emitiria um relatório inicial das atividades e organização dos educandários em processo de reconhecimento. Após recebido do aval provisório, os institutos pleiteantes seriam acompanhados por um fiscal durante um período para obter a equiparação à Escola Normal Oficial de maneira permanente (GOYAZ, 1931).

Na observância de tais diretrizes, a Escola Normal anapolina foi criada em 04 de abril de 1931, em sessão solene no Grupo Escolar local. Nesse ato, foi escolhido o copro docente, composto por autoridades locais, o diretor e algumas professoras normalistas do Grupo Escolar, além de Victor Coelho de Almeida. Como não havia um imóvel específico que satisfizesse as exigências do Decreto n. 659/1931, ficou estabelecido seu funcionamento no prédio do Grupo Escolar de Anápolis (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931).

Ainda na sessão de criação da Escola Normal de Annapolis/GO deu-se início a produção de seu regimento interno. Para tal fim foi designado uma comissão composta por alguns dos presentes na referida reunião. O documento recebeu o nome de “Estatutos”, produzido na observação das diretrizes estaduais para o ensino normal e complementar, que, após lido em reunião da Congregação da Escola Normal em 06 de abril de 1931, foi submetido à avaliação do governo goiano (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 a 1937).

Nesse intento, Victor Coelho participou ativamente do processo de criação da Escola Normal de Annapolis/GO em 04 de abril de 1931, sendo designado como professor de Francês do curso normal, sendo habilitado para tal cargo em virtude de suas origens familiares e vivências na França, e posteriormente para compor a banca examinatória dos candidatos ao ensino complementar (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 a 1937).

Quanto ao envolvimento de Victor no processo de equiparação da instituição anapolina à Escola Normal Goiana, tem-se que ele foi nomeado pelo Secretário do Interior e Justiça como fiscal em 14 de abril do corrente ano, deixando as demais ocupações a ele atribuídas. No desempenho como fiscal, Victor Coelho acompanhou as atividades da instituição, tendo em vista o reconhecimento provisório da Escola Normal anapolina, “[...] que ao fim do referido

mês [abril] apresentou o seu relatório favorável à equiparação do novo estabelecimento” (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 a 1937, p. 1).

Em meados do mês de maio do ano em questão, na terceira reunião dos membros da Congregação da Escola Normal de Anápolis/GO, veio o telegrama de equiparação provisória do instituto em questão ao programa oficial do governo goiano, e comunicado a substituição de Victor Coelho de Almeida por Diva Silva do posto de fiscal pela Secretaria do Interior e Justiça. Ainda nessa reunião foi aberto votação para escolha da Diretoria da casa de ensino anapolina, sendo Victor Coelho de Almeida eleito como diretor com unanimidade de votos, permanecendo no cargo entre maio e outubro/1931 (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 a 1937).

A nomeação unânime de Victor Coelho como primeiro diretor da Escola Normal de Anápolis/GO, eleito por votação dos membros da Congregação, demonstra a confiança que o pessoal administrativo e o corpo docente da instituição tinham nele e em sua experiência.

Ao assumir a direção da Escola Normal anapolina, Victor Coelho atuou para obtenção da equiparação permanente junto ao Governo de Goiás. Para isso, ele trabalhou para o bom funcionamento da escola, algo do qual já era experiente em virtude de suas atividades passadas dirigindo instituições educativas. O resultado disso foi que “A Escola Normal de Anápolis/GO foi reconhecida oficialmente pelo Governo do Estado em 30 de maio de 1931” (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931, p. 9).

Durante os dias 23 e 24 do referido mês de maio, ocorreu as festividades de inauguração solene e oficial da Escola Normal de Anápolis estando presentes um representante do Interventor Federal, o Secretário do Interior e um Membro da Imprensa Oficial. Nessa ocasião foi lançada a pedra fundamental do prédio escolar, como noticiado pelo jornal Voz do Povo (1931, p. 1):

[...] indo á frente a Banda Municipal, seguida das crianças e alumnos da E. Normal, em forma, e de centenas de pessoas, seguiu a multidão para o alto da cidade fim de assistir á bençam e a collocação da pedra fundamental do prédio da E. Normal [...]. Examinada pelos Srs. Secretarios a planta-projecto, o Vigário Cônego Abel Camello benzeu a pedra fundamental; um enorme bloco de cimento armado com a respectiva urna em que foram postas moedas e documentos adequados ao acto. Fechada a urna a cimento, pelo Dr. Secretario de Obras Publicas, passou-se á descida da pedra fundamental até, exactamente ao angulo do futuro edificio; cerimonia esta effectuada pelos Drs. Secretarios e Director da E. Normal.

Tal construção foi uma das questões que Victor Coelho tratou no período que esteve atuando na instituição de ensino anapolina. Ele organizou um caixa especial entre os professores e realizou sorteio de prêmios para angariar fundos para tal empreitada. Contudo, a casa de

ensino em questão entrou em uma crise financeira, fazendo com que tal projeto fosse deixado de lado (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 a 1937).

Para tentar reverter tal situação, Victor Coelho de Almeida realizou tombolas escolares (bingos). O primeiro foi em 23 de maio, composto de 150 prêmios no valor total de 2:500\$ (dois contos e quinhentos mil réis) e o segundo em 27 de julho, com 151 premiações com o mesmo valor total do anterior (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 a 1937; VOZ DO SUL, 1931a; 1931b). Outra atitude para superação da crise financeira foi maior rigidez na cobrança das mensalidades dos alunos, publicada no jornal anapolino Voz do Sul (1931c, p.s/n):

AVISO

ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS

A Diretoria da Escola Normal de Annapolis faz saber aos snrs. Paes, tutores ou a quem de direito, que as mensalidades dos alumnos – Rs. 15\$ [quinze mil réis] – devem ser pagas ao Thesoureiro, em sua residencia, improrogavel e adiantadamente do dia 1º ao dia 15 de cada mez. Será cassada a matrícula ao alumno cuja mensalidade não for paga até ao ultimo dia do mez. Para conhecimento de todos, será o presente aviso, além de publicado na “Voz do Sul”, distribuido a cada alumno.
Annapolis, 1º de julho de 1931.

O Director

Pe. Dr. Victor Coelho de Almeida

Posteriormente, através do Decreto n. 1325, de 08 de agosto de 1931, a Escola Normal foi subvencionada pelo governo goiano, recebendo o valor anual de 2:400\$000 (dois contos e quatrocentos mil réis) (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931). Contudo, mesmo diante das ações do diretor da Escola Normal de Annapolis/GO e do investimento do Governo de Goiás, as dificuldades financeiras persistiram durante o ano letivo de 1931, o que impediu a construção do prédio próprio da instituição anapolina (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 a 1937).

Em meados de setembro/1931, Victor Coelho de Almeida, em reunião da Congregação da Escola Normal anapolina, “[...]pediu permissão para se ausentar para Bonfim¹⁴, onde devia editar um jornal, cujo primeiro número deveria sair a 12 de outubro próximo, prometendo tão logo lhe fosse possível, reassumir a diretoria, o que lhe foi concedido” (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 a 1937, p. s/n). Contudo, por meio de ofício datado do dia 23 de outubro do ano em questão, Victor Coelho renunciou ao cargo de diretor da Escola Normal de

¹⁴ Atualmente, denominada de Silvânia/GO.

Annapolis, sendo eleito em seu lugar o Cônego Abel Camelo (ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS, 1931 a 1937).

Segundo Santos (1995), a renúncia de Victor Coelho de Almeida da diretoria da instituição educativa anapolina teve como principal influência o bispo de Goiás à época, Dom Emmanuel Gomes de Oliveira, haja vista que:

Fora convocado pelo bispo Dom Emmanuel para organizar o jornal cujo primeiro número deveria circular em 12 de Outubro, mas para isso, tornou-se necessário que Victor residisse na própria tipografia, na cidade de Bonfim, onde se enpenharia(sic) de corpo e alma na defesa e propaganda do catolicismo em Goiás (SANTOS, 1995, p. 127).

A partir desse período, Victor Coelho mudou-se para Bonfim e atuou como jornalista, redator do jornal oficial da Diocese de Goiás, denominado Brasil Central. Neste, Victor mantinha uma coluna com publicações de ataque ao protestantismo e defesa do catolicismo (SANTOS, 1995).

Em suma, na análise da atuação de Victor Coelho de Almeida na Escola Normal de Annapolis/GO, pode-se afirmar que ele foi importante para a organização, o funcionamento regular da instituição e para sua equiparação à Escola Normal Oficial, sendo também o primeiro a ocupar o cargo de diretor eleito a partir de votação dos membros da Congregação da referida casa de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, os achados oriundos dessa pesquisa mostram que a Escola Normal de Annapolis/GO foi criada em 1931 como via de continuidade de funcionamento de um curso normal para a escolarização da mocidade anapolina. Nesse processo, a atuação de Victor Coelho de Almeida, que era intelectual, doutor em Filosofia e Teologia pelo Colégio Pio Latino-Americano de Roma, professor catedrático do Liceu com experiência na abertura de escolas e direção de seminários de formação eclesiástica, foi de grande importância para o reconhecimento junto ao governo goiano desse estabelecimento em questão.

No âmbito da Escola Normal de Annapolis/GO, em seu ano inaugural (1931), Victor Coelho foi fiscal nomeado pelo governo, que acompanhou a organização e as atividades da escola, prestando relatório favorável à sua equiparação. Além disso, Victor atuou como diretor da escola, dando especial atenção ao funcionamento regular e à questão da construção do prédio

escolar. O resultado disso foi o reconhecimento oficial da Escola Normal anapolina por parte das autoridades competentes.

Victor Coelho, em virtude da crise financeira instaurada na instituição de ensino anapolina, trabalhou com ações para angariar recursos financeiros, fato este que se tornou impedimento para o andamento do projeto de construção do prédio próprio da Escola Normal de Anápolis/GO, que, durante o ano de 1931, funcionou no mesmo espaço do Grupo Escolar local.

Conclui-se, portanto, que a atuação de Victor Coelho de Almeida foi importante para o funcionamento regular da Escola Normal anapolina, bem como para a obtenção de sua equiparação à Escola Normal Oficial de Goiás.

REFERÊNCIAS

ABREU, Sandra Elaine Aires de. **A criação da Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão e a difusão do protestantismo em Anápolis**. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

ALVES, Miriam Fábila. **Política e escolarização em Goiás - Morrinhos na primeira República** (Tese de Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

ANNAPOLIS. Decreto n. 17, de 09 de abril de 1931. In: MUSEU ALDERICO BORGES DE CARVALHO. **Livro 1 - Decretos – 11 de fevereiro de 1931 a 27 de novembro de 1933**, Anápolis/GO.

BRETAS, Genesco Ferreira. **História da instrução pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991. (Col. Documentos Goianos, n. 21).

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.), **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 7-37.

CANEZIN; Maria Teresa; LOUREIRO, Walderês Nunes. **A escola normal em Goiás**. Goiânia: CEGRAF-UFG, 1994. (Coleção Documentos Goianos, 28).

ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS. **Livro de tombamentos e impressões de visitas, 1º estatuto da Escola Normal de Anápolis**, 1931. Anápolis, 1931.

ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS. **Livro de atas de reuniões da congregação da Escola Normal de Anápolis**, 1931 a 1937. Anápolis, 1931 –1937.

FRANÇA, Maria de Souza. A formação histórica de Anápolis e a sua área de influência regional. In: **VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História - ANPUH**, 1973, Belo Horizonte. Anais... São Paulo, v. 1, 1974, p. 635-664.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

GOYAZ. Decreto n. 659, de 28 de janeiro de 1931: Regulamento do Ensino Normal. In: GOYAZ. **Correio Oficial do Estado de Goyaz**, ano LXXV, n.1.830, de 02 de Fevereiro de 1931, Goyaz/GO, 1931, p. 1 – 10.

GOYAZ. Lei n. 908, 20 de julho de 1930: Regulamento do ensino normal e complementar e disposições sobre o ensino geral. In: CORREIO OFFICIAL DE GOYAZ. **Correio Oficial de Goyaz**, ano LXXV, n. 726, de 31 de julho de 1930, Goyaz/GO.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz pelo exmo. Sr. Dr Brasil Ramos Caiado, Presidente do Estado de Goyaz. Typ. do Correio Oficial de Goyaz (1927).

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz a 13 de maio de 1928 pelo exmo. Sr. Dr Brasil Ramos Caiado, Presidente do Estado de Goyaz. Typ. do Correio Oficial. Goyaz (1928).

MENSAGEM ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz apresentada a 13 de maio de 1929 pelo Presidente do Estado Dr. Brasil Ramos Caiado. Typ. do Correio Oficial de Goyaz, (1929).

MONARCHA, Carlos. **Brasil Arcaico, Escola Nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MORAES, Maria Augusta de Santana. **Dos primeiros tempos da saúde pública em Goiás à faculdade de medicina**. Goiânia: Cãnone, 2012.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **A ilusão pedagógica (1930-1945): Estado, Sociedade e Educação em Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

POLONIAL, Juscelino Martins. **Anápolis nos Tempos da Ferrovia**. Goiânia, UFG, 1995.

SANTOS, Sérgio Ricardo Coutinho dos. A caminho do reino : a incrível trajetória político-religiosa de Victor Coelho (1879-1944). In: DIÁRIO DA CÂMERA LEGISLATIVA. **DF Letras: suplemento cultural do Diário da Câmara Legislativa**, v. 1, n.12, p.21-22, jun. 1994. Disponível em <https://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/handle/123456789/1800?mode=simple>. Acesso em 1º maio 2023.

SANTOS, Sérgio Ricardo Coutinho dos. **Caminhos e descaminhos de um soldado de Cristo: a trajetória político-religiosa de Victor Coelho de Almeida (1879 - 1944)**. 1995. 181 f., il. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 1995.

SANTOS, Tarsio Paula dos; ABREU, Sandra Elaine Aires de. A ESCOLA NORMAL DE ANNAPOLIS - GO: O PERFIL DOS ALUNOS (1931). **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 47, n. 1, p. 110–125, 2022. Disponível em <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/64478#:~:text=A%20funda%C3%A7%C3%A3o>

%20da%20Escola%20Normal,%2C%203%20BA%20e%204%20BA%20ano). Acesso em 30 abr 2023.

SANTOS, Tarsio Paula dos. **O escolanovismo e a Escola Normal de Anápolis/GO na formação de normalistas (1931-1937)**. 169 f. Dissertação do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias. Universidade Estadual de Goiás – UEG, Anápolis – GO, 2023.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **História dos Métodos e Materiais de Ensino: A Escola Nova e Seus Modos de Uso**. São Paulo: Cortez, 2010 (Biblioteca Básica da História da Educação brasileira; v. 6).

SILVA, Nancy Ribeiro Araújo e. **Tradição e renovação educacional em Goiás**. Goiânia: Oriente, 1975.

VOZ DO POVO. Cadeira de Philosophia do Lyceu. In: VOZ DO POVO. **Voz do Povo**: Orgão de maior circulação nesta Capital e no Estado, anno III, número CC, de 29 de novembro de 1929, Goyaz/GO, 1929, p. 1.

VOZ DO POVO. Escola Normal de Anápolis. In: VOZ DO POVO. **Voz do Povo**: Propriedade da Empreza “Voz do Povo”, Limitada, anno V, número CC, de 05 de julho de 1931, Goyaz/GO, 1931, p. 1.

VOZ DO SUL. Tombola escolar. In: VOZ DO SUL. **Voz do Sul**: Semanário Independente, Literário e Noticioso, anno I, número XXIV, de 05 de maio de 1931, Anápolis/GO, 1931, p. 1.a

VOZ DO SUL. Tombola escolar. In: VOZ DO SUL. **Voz do Sul**: Semanário Independente, Literário e Noticioso, anno I, de 31 de maio de 1931, Anápolis/GO, 1931, p. 1.b

VOZ DO SUL. Aviso: Escola Normal de Anápolis. In: VOZ DO SUL. **Voz do Sul**: Semário Independente, Literário e Noticioso, ano I, número XXXIV, de 12 de julho de 1931, Anápolis/GO, 1931, p. s/n.c

VOZ DO SUL. Dr. Victor Coelho de Almeida. In: VOZ DO SUL. **Voz do Sul**: Semanário Independente, Literário e Noticioso, anno I, de 06 de setembro de 1931, Anápolis/GO, 1931, p. 1.d.